

1 Introdução

Uma das características básicas do pensamento racionalista é sua densidade. Ela não permite que se encontre lacuna alguma em sua textura, de modo que, para as possíveis questões, já são ventiladas respostas. Todavia, há mentalidades simplistas que têm acesso às obras filosóficas dos racionalistas. Porém, não seguem os conselhos dos filósofos, dentre eles Descartes, acerca da necessidade de estudar seriamente seus escritos antes de aventurar uma opinião a respeito deles. E assim, terminam por se apressar em atribuir-lhes algo que, freqüentemente, eles efetivamente não proferiram.

Neste artigo, procuraremos explicitar a concepção de liberdade em Descartes contida na obra a *Quarta Meditação* (1641). Todavia, como o pensamento denso do racionalista Descartes não permite que se analise um aspecto desvinculado de seus princípios fundantes, faz-se necessário examinar a terceira parte de *Discurso do Método* (1637). Nessa obra, ele trata da moral provisória que adotara, da carta endereçada à Princesa Isabel, da Boêmia, onde ele trata das verdadeiras e das aparentes virtudes, e da carta dirigida ao tradutor francês do livro *Princípios de Filosofia* (1644).

Descartes, dentre outras coisas, exige que seus leitores procurem ver que tudo que escrevera era para mostrar que a boa conduta deve vir sempre assentada nos primeiros princípios. Eles estão nas *Regras para Direção do Espírito* (1625-1628), especialmente na Regra III, onde Descartes distingue a intuição da razão como duas vias de acesso aos primeiros princípios. Tal distinção é relevante para tratar da natureza da análise no âmbito do método. Pouca gente conhece a obra de Descartes. Porém, muita gente se sente encorajada a falar depreciativamente dela, notadamente no que concerne à sua concepção de universo, após o advento do princípio da indeterminação de Heisenberg, vulgarmente conhecido como “princípio da incerteza”. Muitas dessas críticas são injustas, por provirem de pessoas que “conhecem” os escritos do filósofo apenas por “ouvi dizer”. Colocam na boca de Descartes palavras e interpretações que ele efetivamente não proferiu, não obstante já houvesse alertado: “Advertirei (...) de que até os espíritos mais excelentes terão necessidade de muito tempo e de atenção de compreenderem todas as coisas que tive a intenção de abordar”¹. Mais adiante, dirigindo-se aos seus eventuais leitores, afirma:

¹DESCARTES, Renê. Carta ao tradutor francês. In: *Princípio de Filosofia*. Lisboa: Edições 70, 1997. p. 21.

Nunca me atribuam qualquer opinião que não encontrem expressamente em meus escritos, e que não aceitem nenhuma como verdadeira, quer nos meus escritos quer em outro lugar, se não verificarem que é claramente deduzidas dos meus princípios².

Menos gente ainda sabe que Descartes foi um daqueles espíritos geniais que dominou o saber do seu tempo, a ponto de apresentar contribuições originais. Com efeito, desde Aristóteles, alguém não era capaz ou não ousava ser capaz de construir e de propor um novo sistema de universo; desde Euclides que alguém não criava uma área nova de pesquisa no campo das matemáticas; desde Galeno que não se ousava descrever a fisiologia humana, especialmente a do coração, da circulação sanguínea e da neurofisiologia; desde Aristóteles que um “novo” sistema filosófico não era proposto; desde os estóicos que um esforço para construir um novo sistema de lógica não era tentado; desde há muito que uma psicologia, expressa num tratado sobre as paixões da alma, não era escrita. Descartes ousou apresentar e discutir os fundamentos de tudo isto.

Mas o que pouquíssima gente sabe é que aquilo que Descartes se esforçou por mostrar ou por fundamentar estava diretamente direcionado à construção de um sistema moral, de posse do qual toda gente pudesse ser capaz de justificar seus atos e suas crenças perante os outros. Na carta endereçada ao tradutor de *Princípios de Filosofia*, após elogiar a fidelidade da tradução do latim para o francês, Descartes procura explicar o sentido da palavra “filosofia”, tomando-a como legítimo sinônimo de sabedoria. Segundo ele, “por sabedoria não se deve entender apenas a prudência nos negócios, mas um conhecimento perfeito de todas as coisas que o homem pode saber, tanto para a conduta da sua vida como para a conservação da saúde e invenção de todas as artes”³.

Descartes, nesta passagem, primeiramente retrata aquilo que o homem comum de bom senso concebe como sendo o bem mais elevado advindo da sabedoria: “prudência nos negócios”. Mas imediatamente o contrapõe ao que vem assentado num conhecimento perfeito, “para a conduta da sua vida”. Todavia, para que esse conhecimento perfeito seja obtido, é necessário deduzi-lo das causas primeiras, “de modo que, para obtê-lo - e a isso se chama filosofar – há que começar pela investigação dessas primeiras causas, ou seja, dos princípios”. Mas que princípios são estes e como deles pode ser deduzida a

²Ibidem, p. 24.

³Ibidem, p. 15.

doutrina orientadora da boa conduta? Em resposta à primeira parte desta indagação, Descartes explica:

A Filosofia é como uma árvore, cujas raízes são a Metafísica, o tronco a Física, e os ramos que saem do tronco são todas as outras ciências que se reduzem a três principais: a Medicina, a Mecânica e a Moral, entendendo por Moral a mais elevada e mais perfeita, porque pressupõe um conhecimento integral das outras ciências e é o último grau da sabedoria⁴.

Neste texto, Descartes esclarece que as causas primeiras são objetos de estudo da Metafísica, uma vez que ela é a raiz da árvore do conhecimento. Desse modo, uma incursão à Metafísica torna-se imprescindível para a compreensão dos fundamentos da Moral. Além disto, já no final do texto, Descartes enfatiza que a Moral é o fruto máximo que da sabedoria pode brotar. Diz-nos, porém, algo mais: a Moral é o mais perfeito fruto, porquanto alicerçada no conteúdo de todas as demais ciências. E esclarece: “Como não é das raízes nem do tronco das árvores que se colhem os frutos, mas apenas das extremidades dos ramos, a principal utilidade da filosofia depende daquelas suas partes que são apreendidas em último lugar”.

3 Necessidade temporária de uma moral provisória

O filósofo sabe que a possibilidade de estar de posse do integral conhecimento das demais ciências é uma grande utopia humana. Assim, enquanto esta utopia, um dia, não se tornar realidade, convém que se adote “uma moral provisória”. A esse respeito, Descartes confessa:

A fim de não ser irresoluto em minhas ações, enquanto a razão me obrigasse a sê-lo em meus juízos, e de não de viver desde então o mais felizmente possível, formei para mim mesmo uma moral provisória (...) que eu quero vos participar (...). A primeira era obedecer às leis e aos costumes de meu país (...) e governando-me (...) segundo as opiniões mais moderadas e as mais distanciadas do excesso, que fossem comumente acolhidas, em prática, pelos mais sensatos daqueles com os quais teria de viver (...). Minha segunda máxima consistia em ser o mais firme e o mais resoluto possível em minhas ações (...). Minha terceira máxima era a de procurar sempre antes vencer a mim próprio do que à fortuna, e de antes modificar os meus desejos do que a ordem do mundo (...). Enfim, para conclusão dessa moral, deliberei passar em revista as diversas ocupações que os homens exercem nesta vida, para procurar escolher a melhor⁵.

⁴Ibidem, p. 22.

⁵DESCARTES, René. Discurso do método. In : *Obras escolhidas*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1973. p. 59-62.

Entretanto, como a boa conduta está alicerçada na moral provisória, convém, na vida com e entre os homens, distinguir a natureza da virtude, uma vez que ela será a meta que se deve almejar. Assim é que, na carta dirigida à Princesa Isabel, filha de Frederico, Rei da Boêmia, Descartes chama a atenção para o fato de que se deve ter cuidado a respeito das virtudes. Adverte que umas advêm do conhecimento - são as verdadeiras virtudes - e outras procedem de um erro ou de um pseudoconhecimento - são as virtudes aparentes. Estas, “não sendo tão freqüentes como as outras que lhes são contrárias, costumam ser mais estimadas”. Assim, como “há mais pessoas que receiam demasiado os perigos do que as que receiam pouco, é freqüente considerar-se que a temeridade é uma virtude”⁶.

Enquanto essas virtudes que apresentam algum tipo de imperfeição recebem nomes diversos e diferem entre si, as verdadeiras virtudes não diferem entre si nem recebem nomes diversos, mas um único nome: “sabedoria”. Assim, só é verdadeiramente sábio aquele que “tem a vontade firme e confiante de usar sempre a razão o melhor possível e pratica, nas suas ações, o que julga ser o melhor, tanto quanto a natureza o permite. É isto que o torna justo, corajoso e moderado”⁷.

Observemos que a vontade e a razão desempenham papel relevante. De fato, as duas são “exigidas à sabedoria”. Porém, enquanto a vontade é, em grau, algo comum aos homens, a razão ou entendimento apresenta-se melhor em uns do que em outros. Esta condição da vontade em relação à razão ou ao entendimento é extremamente importante para a compreensão da concepção de liberdade em Descartes.

Com efeito, na obra *Meditações*, Descartes nos mostra quais são os princípios primeiros e de como chegou a eles. Na Primeira Meditação, consegue pôr em dúvida os três princípios sobre os quais havia sido educado e sobre os quais forjara sua concepção de mundo e de homem⁸. Na Segunda Meditação, diz que existe como ser pensante, que tal ser tem sua existência co-extensiva ao pensamento e que o espírito é mais fácil de conhecer do que o corpo⁹. Já na Terceira Meditação, são apresentadas duas provas de que Deus

⁶DESCARTES, René. Carta ao tradutor francês. In: *Princípios da Filosofia* a. Lisboa: Edições 70, 1997. p. 11-12.

⁷Ibidem, p. 12.

⁸São eles: 1) *nihil est in intellectu quod non fuerit prius in sensu* (nada há no intelecto que não tenha estado antes nos sentidos). 2) Os resultados das matemáticas são seguros e indubitáveis. 3) Há um Deus sumamente bom que tudo pode.

⁹Esta última conclusão ou verdade de Descartes aprofunda a dúvida a respeito do primeiro princípio acima anunciado. Coloca a verdade no plano da introspecção do espírito, retirando-a das propriedades dos objetos como proferira Aristóteles e toda a Escolástica.

existe, como conteúdo da idéia de perfeição e como conservador do ser pensante no tempo. E extrai, daí, uma outra conclusão: não pode haver em Deus qualquer sinal de imperfeição.

Freqüentemente, por preconceito, a filosofia de Descartes é olhada com desdém por conter um princípio metafísico sobre Deus. De fato, é, no mínimo, estranho que o pai do racionalismo aceite algo que é, por natureza, objeto de culto e de fé. Todavia, um olhar um pouco mais atento pode dissipar tal preconceito. Aliás, para quem pretende extrair a concepção de liberdade no filósofo, torna-se imprescindível demonstrar que, de fato, ela provém, dedutivamente, dos primeiros princípios, tal como Descartes exigira acima. Eis porque abriremos um espaço para dedicar algumas palavras a isto.

4 O papel do método grego de resolução

Os antigos geômetras gregos partilhavam de um método secreto de encontrar resoluções aos problemas que lhes eram propostos. Pappus de Alexandria, um antigo historiador das matemáticas, lega-nos a obra *Tesouro da Análise*, a mais completa descrição desse método. Descartes, como profundo estudioso das matemáticas, veio a conhecê-lo e, tal como Platão¹⁰, aplicou-o na fundamentação de sua doutrina. Sobre esse método afirma Richard Robinson¹¹:

A análise, então, toma aquilo que é procurado como se fosse admitido e disso, através de sucessivas conseqüências (d'a t ? e??s a??????), passa para algo que é admitido como resultado de síntese: pois, na análise, assumimos aquilo que se procura como se (já) tivesse sido feito (?e????s), e investigamos de que é que isto resulta, e novamente qual é a causa antecedente deste último, e assim por diante até que, seguindo nossos passos na ordem inversa, alcancemos algo já conhecido ou pertencente à classe dos primeiros princípios; e a tal método chamamos de análise, como solução de trás para diante (a?a pa?? ?a??). Mas na síntese, revertendo o processo tomamos como já feito o que se alcançou por último na análise, e, colocando na sua ordem natural de conseqüências o que eram antecedentes e conectando-os sucessivamente uns aos outros, chegamos finalmente à construção do que era procurado; e a isso chamamos síntese.

¹⁰Cf. SOARES, Jorge Antônio. *Educação e política: uma releitura de Platão*. São Paulo: Cortez Editora.

¹¹ROBINSON, Richard. A análise na geometria grega. In: *Caderno de História e Filosofia da Ciência*. Campinas: UNICAMP, 1983. p. 7.

Uma longa discussão foi travada a respeito da natureza da análise, se ela seria dedutiva ou não, uma vez que a natureza da síntese já estava assentada como dedutiva. A conclusão a qual se chega é de que análise não é dedutiva, pois ela repousa em uma heurística, em um processo de descoberta de passos seguidos na ordem inversa da síntese. Está, por isso, mais próxima de uma intuição criadora. O próprio Descartes refere-se a ela na Regra III: “É preciso procurar (...) aquilo que podemos ver por intuição, com clareza e evidência, ou aquilo que podemos deduzir com certeza: nem é de outro modo, com efeito, que se adquire a ciência”¹².

Ora, como o procedimento metodológico da análise não é dedutível e segue um processo de descoberta, suas “verdades” têm validades condicionadas a um princípio maior. Aristóteles¹³, referindo-se à dialética, a qual, para ele, não deriva dos princípios primeiros, dá-nos uma pista valiosa. Os “princípios” da dialética são aqueles “que todo mundo admite, ou a maioria das pessoas, ou os filósofos. Em outras palavras: todos, a maioria ou os mais notáveis e eminentes”. Poderia, porém, ter Descartes tomado como princípio primeiro não um princípio primeiro, mas um “princípio” comumente aceito, como fora o caso de Deus em seu tempo? A questão é delicada e convém que a examinemos com cuidado.

Deus é, de fato, um princípio aceito por todos ou pela maioria dos intelectuais do tempo de Descartes. O próprio filósofo era um convicto praticante católico, educado num colégio jesuíta em La Flèche. Contudo, as duas provas de que Deus é, apresentadas por Descartes na Terceira Meditação, são inteiramente racionais e provêm das verdades anteriores, obtidas na Segunda Meditação pelo ser pensante.

Com efeito, ao examinar a relação entre o conteúdo de uma idéia e o ideado, objeto metafísico de onde proveria a idéia, e ao admitir que o objeto metafísico teria, potencialmente, mais realidade objetiva do que os atributos que o ser pensante concebe como inerente ao conteúdo da idéia, a idéia de perfeição, na qual residia a suma bondade, a onipotência, a onisciência, a onipresença, a eternidade e a infinitude, não poderia ser, jamais, mais perfeita, como seria natural em Platão, mas não em Descartes, do que o ideado. Logo, este ideado é perfeito e existe. Portanto, é Deus.

Na segunda prova, o filósofo afirma que o tempo é concebido como um eixo orientado e apontado para o futuro, constituído de infinitos e minúsculos

¹² DESCARTES, René. Regras para a direção do espírito. In: *Obras escolhidas*. Lisboa: Editora Estampa, 1987. p. 18.

¹³ ARISTÓTELES. *Tópicos*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 20.

pedaços interligados, mas independentes. Desse modo, se alguém existe num tempo qualquer, nada garante que ele continuará existindo no tempo seguinte, salvo se algo o criar a cada instante. Ora, como criar a cada instante é conservar no tempo e para realizar isto deve-se ter tanto poder quanto tirar do nada, dar existência, só um deus poderia realizar tal tarefa. Logo, Deus existe, porquanto conserva o ser pensante no tempo.

Eis, porque Deus é tomado como o princípio primeiro dos princípios primeiros em Descartes, algo que, nas palavras de Porfírio¹⁴, exerce o papel de gênero supremíssimo: “Definimos gênero supremo do seguinte modo: o que, sendo gênero, não é espécie, e ainda, o que, acima do qual não pode haver outro gênero superior”. Feito este esclarecimento, voltemos ao método.

As três primeiras verdades são de caráter subjetivo e têm suas respectivas existências condicionadas ao tempo que o ser pensante permanece pensando. É por isso que elas devem ser entendidas como verdades colocadas na ordem da descoberta e não na ordem da razão. As duas provas de que Deus é, notadamente a primeira, inauguram a ordem da razão ou da justificação. Marcam o fim da análise e o início da síntese, de onde a cadeia dedutiva partirá, na ordem inversa da análise, para construir os passos da síntese, da prova propriamente dita. Eis porque, ao tratar da origem dos erros humanos na Quarta Meditação, momento em que será formulada a concepção de liberdade, Descartes o faz a partir dos primeiros princípios.

5 Liberdade

No final da Primeira Meditação, buscando colocar em dúvida um dos princípios sobre os quais erigira suas antigas opiniões, Descartes argumenta: “há muito que eu tenho no meu espírito certa opinião de que há um Deus que tudo pode”. Mas, se Deus tudo pode, pode enganar ao homem. Todavia, Deus é a suma bondade, de modo que seria uma mácula em sua bondade enganar a alguém. Entretanto, uma vez que todos os homens já experimentaram, pelo menos uma vez, o sabor amargo do erro, quem poderá garantir que Deus não os engane sempre?¹⁵

Todavia, já na Quarta Meditação e de posse das provas de que Deus é ser perfeito, nenhum sinal de imperfeição poderá conter sua natureza, de modo

¹⁴PORFÍRIO. *Isagoge*. Lisboa: Guimaraes Editores, 1994. p. 63.

¹⁵Um fato corrente no tempo de Descartes e, quiçá, tenha-o levado a formular a dúvida a respeito da possibilidade de Deus levar o homem a incorrer no erro, diz respeito à humanidade ter acreditado, induzida pela passagem bíblica, em que Josué ordenara ao Sol parar. Com isso, durante mais de dois mil anos, admitia-se que o Sol girava em torno da Terra, até o advento de Copérnico.

que o erro não poderia estar em Deus. Ademais, sendo a Suma Bondade, Deus não quis que o homem, cujas existência e presença foram dádivas e, por isso delas não pode reclamar, não fosse provido de uma natureza susceptível de compreender o erro e, também, de evitá-lo. Mas, então, de que forma o homem incorre no erro? Descartes volta à exigência acima citada a respeito da sabedoria: a distinção entre a vontade e a razão ou entendimento:

Sendo a vontade muito mais ampla e extensa que o entendimento, eu não a contenho nos mesmos limites, mas estendo-a também às coisas que não entendo; das quais, sendo a vontade por se indiferente, ela se perde muito facilmente e escolhe o mal pelo bem ou o falso pelo verdadeiro. O que faz com que eu me engane e peque¹⁶.

A vontade de estabelecer uma extensão mais ampla excita o juízo ou o julgamento para além daquilo que o entendimento garante, ao assegurar como verdadeiro somente aquilo que é proveniente dos primeiros princípios, corrompendo, desta maneira, o entendimento. Assim, os juízos descuidados que seguem os ditames da vontade correm sérios riscos de erro. Isto implica que a liberdade de julgar e de executar ações, dentro dos parâmetros da boa conduta, da conduta alicerçada nos primeiros princípios, fica restrita aos limites da razão ou do entendimento.

Entretanto, embora não cresça infinitamente a ponto de atingir a sabedoria de Deus, o entendimento humano, seguindo estudos e experiências diligentes, gradativamente pode ir sendo ampliado. Mas, ao ser gradativamente ampliado, amplia também o campo de garantia do entendimento. Dessa forma, potencialmente, juízos que não recebiam tal garantia, agora, passam a ser assegurados, alongando, assim, o campo da liberdade.

Isso significa que os estudos e as experiências diligentes são os propulsores da verdadeira liberdade. Esta é determinada pela consciência das conseqüências dos atos humanos, uma vez que toda liberdade é estabelecida não pelos atos que se pratica, mas pela potencialidade em praticá-los. Eis, pois, a liberdade concebida pelo racionalista Descartes. Pela natureza dessa liberdade, pode ser cobrada a responsabilidade do agente, em face de seus atos, e atribuir-lhe méritos e punições.

¹⁶DESCARTES, René. Meditações. In: *Obras escolhidas*. São Paulo: Difel, 1973. p. 165.

Referências

ARISTÓTELES. *Tópicos*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

DESCARTES, René. Carta à Princesa Isabel. In: *Princípios da Filosofia*. Trad. João Gama. Lisboa: Edições 70, 1997.

_____. Carta ao tradutor francês. In: *Princípios da Filosofia*. Trad. João Gama. Lisboa: Edições 70, 1997.

_____. Discurso do método. In: *Obras escolhidas*. 2. ed. Trad. J. Guinsburg & Bento Prado Júnior. São Paulo: Difel, 1973.

_____. Meditações. In: *Obras escolhidas*. 2. ed. Trad. Antônio Reis. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

_____. Regras para a direção do espírito. In: *Obras escolhidas*. 2. ed. Trad. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

PORFÍRIO. *Isagoge*. Trad. Pinharanga Gomes. Lisboa: Guimarães Editores, 1994.

ROBINSON, Richard. A análise na geometria grega. In: *Caderno de história e filosofia da ciência*. Trad. Roberto Lima de Souza. Campinas: UNICAMP, 1983.

SOARES, Jorge Antônio. *Educação e política: uma releitura de Platão*. São Paulo: Cortez Editora.